

ARTIGO

(IM)POSSIBILIDADES DA PRÁTICA POLÍTICO-PEDAGÓGICA
DESENVOLVIDA NO SEIO DO ASSOCIATIVISMO CIVIL
CONTEMPORÂNEO*Valci Melo²⁷*

Resumo: O presente estudo lança-se ao desafio de identificar, à luz do materialismo histórico-dialético, os limites e as possibilidades de contribuição do processo educativo desenvolvido no interior do associativismo contemporâneo para a construção de uma sociedade superior à capitalista. Para tal, realizou-se um estudo de caso numa associação civil inserida no contexto do semiárido alagoano a partir da utilização de técnicas e instrumentos como entrevistas, questionários, observação e análise documental. Deste modo, constatou-se que suas práticas político-pedagógicas, limitadas pelo escasso e burocrático financiamento e pelas precárias condições de formação e trabalho dos educadores, estão comprometidas mais com o aperfeiçoamento – e, portanto, com a manutenção - da ordem vigente do que com a transformação radical desta forma de sociabilidade. Por fim, conclui-se que, apesar desses limites, considerando-se o pressuposto de que este processo não se dá de modo linear, mas de forma dialética, isto é, a partir de avanços e recuos que ora representam ganhos da burguesia, ora conquistas da classe trabalhadora, identificam-se condições, mesmo que incipientes, para que a prática político-pedagógica desenvolvida no seio do associativismo contemporâneo assuma um caráter revolucionário de superação da forma de sociabilidade capitalista.

Palavras-chave: Associativismo civil. Lutas sociais. Projeto Societário. Marxismo. Emancipação humana.

(IM) POSSIBILITIES OF POLITICAL PRACTICE TEACHING DEVELOPED
WITHIN THE CIVIL ASSOCIATIVITY CONTEMPORARY

Abstract: This study launches the challenge of identifying, in the light of historical and dialectical materialism, the limits and possibilities of contribution of educational process within the contemporary associations for the construction of a higher capitalist society. To this end, we performed a case study into the context of a semiarid alagoano civil association, noting that if their political and pedagogical practices, limited by scarce and bureaucratic funding and poor conditions of work and training of educators, are committed more with the improvement - and therefore with maintenance - of the existing order than with the radical transformation of this form of sociability. Finally, it is concluded that, despite these limits, considering the fact that this process does not occur in a linear fashion, but dialectically, ie, from advances and retreats that now represent gains of the bourgeoisie, now achievements of the working class, it identifies conditions, even if incipient, so that the political- pedagogical practice developed within the contemporary associations assume a revolutionary character to overcome the capitalist form of sociability.

Keywords: Civil Associations. Social struggles. Societal project. Marxism. Human emancipation.

²⁷ Pedagogo, licenciando em Ciências Sociais e mestrando em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

1. Introdução

O Brasil registrou a partir da segunda metade do século XX não apenas uma fervorosa e diversificada atuação das organizações e movimentos sociais populares (GIANNOTTI, 2009; SOARES DO BEM, 2006; SCHERER-WARREN; LÜCHMANN, 2004; SILVA, 2004; ANDRADE, 2004), como também, a partir da década de 1990, o predomínio, no setor do associativismo civil, das Organizações Não Governamentais (ONG), caracterizadas pelo assalariamento e/ou *voluntarização*²⁸ da militância, a particularização das bandeiras de luta e a variação nas fontes de financiamento de suas ações, sendo um dos aspectos mais agravados com esta mudança o caráter político-pedagógico e organizacional deste/as (GOHN, 2005; 2008; CARLOS; SILVA, 2004; DURIGUETTO *et. al.*; MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011; HOROCHOVSKI, 2003). Como observa Soares do Bem,

[...] Se nas décadas anteriores, os movimentos sociais eram definidos por uma enorme capacidade de pressão e reivindicação, a partir da década de 90 estes passaram a institucionalizar-se por meio das organizações não-governamentais. Tais organizações assumiram o papel não apenas de fazer oposição ao Estado, mas de participar da elaboração de políticas públicas, contribuindo, assim, para ampliar a esfera pública para além da esfera estatal (SOARES DO BEM, 2006, p.1153).

O presente trabalho, por sua vez, busca investigar os limites e as possibilidades de contribuição das práticas político-pedagógicas desenvolvidas no interior do associativismo contemporâneo para a construção de uma sociedade superior à capitalista, tomando como caso representativo²⁹ os processos educativos realizados por uma associação civil inserida no contexto do semiárido alagoano³⁰, no qual desenvolve, há uma década, em parceria com a organização não governamental Visão Mundial³¹, o Programa de Desenvolvimento de Área (PDA).

²⁸ Trata-se aqui da substituição do militante (entendido como aquela pessoa que dedica de modo sistemático parte do seu tempo, de forma quase sempre não remunerada, a uma causa societária mais geral, por si identificar com o projeto em torno do qual aquela instituição/partido/movimento luta) pelo voluntário (pessoa que movida geralmente por sentimento de caridade resolve dedicar parte do seu tempo, também de forma não remunerada, a um dado projeto que não é mais societário, e sim, particular, no sentido do “estou fazendo a minha parte”).

²⁹ O fato do trabalho se dar a partir de um caso específico de modo algum evidencia que sejamos adeptos da ideia de que cada situação fecha-se em suas especificidades, mas, pelo contrário, expressa o grau de representatividade que tem o mesmo enquanto realidade constitutiva de uma totalidade social, sobretudo, no contexto do semiárido alagoano em que outras instituições já realizaram e/ou realizam trabalho semelhante.

³⁰ O semiárido alagoano, que corresponde a aproximadamente 50% do Estado de Alagoas, é formado por 04 microrregiões (Agreste, Bacia Leiteira, Médio e Alto Sertão), local onde vivem cerca de 1 milhão de pessoas (33% da população do Estado). Desses habitantes mais de 50% moram no campo onde a principal fonte de renda é a agricultura familiar, complementada por programas governamentais de transferência de renda, a exemplo do Programa Bolsa

A coleta dos dados foi realizada durante os meses de fevereiro de 2010 a abril de 2011, a partir do uso de técnicas³² e instrumentos como *observação* (de reuniões, encontros, oficinas, assembleias), entrevistas semiestruturadas (com funcionários e diretores), aplicação de questionários (com gestores e comunitários participantes das ações educativas) e análise documental (Projeto político-pedagógico, plano de trabalho anual, planos estratégicos, etc.).

O foco da coleta consistiu na busca de elementos que nos possibilitasse traçar um perfil da instituição pesquisada, bem como, identificar os limites e as possibilidades de sua prática político-pedagógica no tocante à construção de uma cultura política de caráter revolucionário.

Para tal, partimos dos seguintes pressupostos: 1) existe uma relação de “determinação reflexiva” (TONET, 2007) entre a base material (produção, trabalho) da sociedade e as demais esferas da vida social (educação, arte, política, direito, etc.), sendo a primeira decisiva neste processo; 2) o ser social, como resultado das relações dos homens entre si (relações sociais) e para com a natureza (trabalho) é historicamente construído e, deste modo, tanto tem no processo educativo³³ uma das possibilidades de “Ser Mais” (FREIRE, 1987) como também a forma societal por ele construída pode ser radicalmente transformada; 3) a educação, enquanto esfera secundária que tem no trabalho seu ato fundante, é uma “totalidade constitutiva” que mantém uma relação articulada com a “totalidade concreta” (sociedade em geral) (PAULO NETTO, 2009, p. 27-28). No entanto, no caso da sociedade de classes, especialmente a burguesa, essa relação é conflitosa e contraditória porque o trabalho, na medida em que é explorado pela classe dominante, deixa de estar a serviço da humanização para constituir-se em instrumento de alienação, tendo na prática educativa, independentemente se formal ou não formal, uma mediação importante para a legitimação dos interesses da burguesia e/ou afirmação dos anseios da classe trabalhadora (PIRES, 1997, p. 87-90).

2. Sobre a organização pesquisada

Família. A região apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em torno de 0,58, isto é, uma classificação baixíssima no tocante a indicadores como educação, longevidade e renda da população cujo desenvolvimento é medido em uma escala de 0 a 1, sendo até 0,499 considerado baixo, de 0,500 a 0,799 médio e acima de 0,800 classificado como alto.

³¹ Instituição cristã fundada em 1950 e presente em cerca de 100 países, inclusive no Brasil, desde 1975. Seu principal trabalho consiste na mobilização de pessoas para o apadrinhamento de crianças a partir do qual busca contribuir para o desenvolvimento transformador de comunidades empobrecidas.

³² Segundo Severino (2007), as técnicas enquanto “mediação” “[...] podem ser utilizadas em pesquisas conduzidas mediante diferentes metodologias e fundadas em diferentes epistemologias” (p. 124). No nosso caso, estamos utilizando-as em uma pesquisa cujo paradigma teórico-metodológico orientador é o Materialismo histórico-dialético.

³³ Educação aqui é abordada em seu conceito amplo, compreendendo as modalidades formal, não formal e informal (LIBÂNEO, 2007).

A entidade na qual se deu a coleta de dados desta pesquisa é uma associação civil criada em junho de 2002 cuja missão consiste na

Inclusão social de homens e mulheres, através da realização de atividades culturais, educativas e produtivas, estimulando à cooperação, a solidariedade, a mobilização social e a autoajuda entre as organizações, comunidades e pessoas associadas (CACTUS, 2010, p. 04).

Sua criação³⁴ se deu como forma de enfrentamento do alto índice de pobreza e desorganização das famílias de dois municípios do médio sertão alagoano onde está inserida. Para tal, contou com o apoio da Visão Mundial, com quem firmou convênio para gerenciar o Programa de Desenvolvimento de Área (PDA), uma estratégia de intervenção a longo prazo financiada com recurso oriundo do apadrinhamento de crianças³⁵.

Inicialmente, com ações de cunho mais emergencial e assistencialista, a organização passou a trabalhar com 10 comunidades-polo³⁶, focando em setores como Saúde, Educação, Moradia, Agricultura, Criação de Animais e Desenvolvimento de Lideranças.

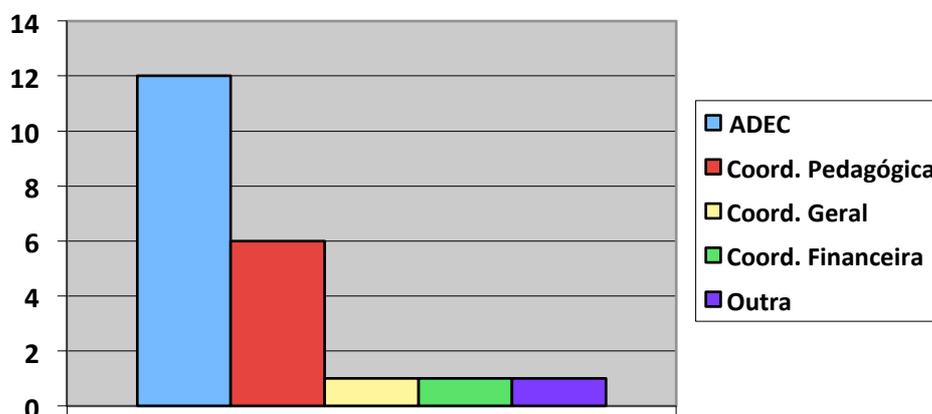
No período da pesquisa, ela atuava em 24 polos, envolvendo mais de 80 sítios, cerca de 1.100 famílias e mais de 3 mil crianças, adolescentes e jovens apadrinhados/as por patrocinadores/as do Brasil e do Canadá. Além disso, já não se limitava à parceria com a Visão Mundial, mas vinha buscando celebrar acordos com outras entidades públicas e privadas, sendo algumas de curta duração e de caráter pontual e outras mais duradouras como a que estava em andamento desde 2008, em convênio com a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) e o Governo Federal: execução do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2).

Para fazer frente ao PDA a entidade pesquisada contava na época do estudo com uma equipe de 21 funcionários, sendo 07 masculinos e 14 femininos. Destes, como mostra o *gráfico 1*, os Agentes de Desenvolvimento Comunitário (ADEC) eram a maioria.

³⁴ Esta se deu mediante um ano de capacitações em associativismo com lideranças locais, ocasião em que se pode não apenas estudar a necessidade de sua constituição, como também o tipo de entidade social que melhor correspondesse ao trabalho pretendido.

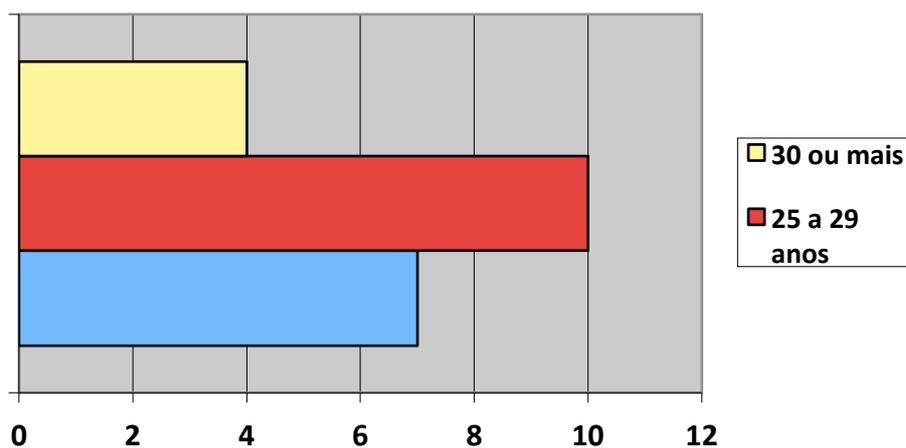
³⁵ Trata-se de sistema no qual uma pessoa física ou jurídica patrocina a realização de projetos de intervenção social através do pagamento de mensalidades em nome de uma criança por ela apadrinhada. O recurso pago, ao invés de ser entregue diretamente à criança apadrinhada, é investido por uma instituição em ações de cunho coletivo.

³⁶ Cada polo reúne, em média, famílias de 03 a 06 sítios, de acordo com a proximidade geográfica.

Gráfico 1. Distribuição da equipe por função exercida na instituição.

Fonte: pesquisa de campo realizada pelo autor do trabalho.

Um aspecto que chama a atenção com relação à equipe, como nos mostra o gráfico 2, é a faixa-etária, visto que os jovens (pessoas com idade entre 18 e 29 anos) representavam 81% do grupo que lidera profissionalmente o trabalho da entidade.

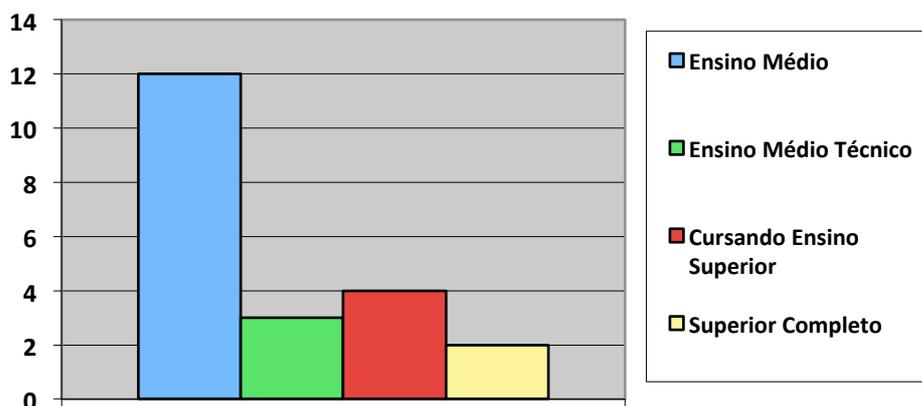
Gráfico 2. Faixa etária dos educadores.

Fonte: pesquisa de campo realizada pelo autor do trabalho.

Com relação à escolaridade dos educadores, como mostra o *gráfico 3*, a maioria absoluta tinha apenas o Ensino Médio. Entre os demais, 03 tinham o Ensino Médio Técnico (02 técnicos agrícolas e 01 técnica em enfermagem), 02 tinham o Ensino Superior completo (01 ADEC

licenciada em História e 01 coordenação em Pedagogia) e 04 estavam cursando Pedagogia (02 ADEC, 01 coordenação pedagógica e 01 educadora do Baú de Leitura³⁷).

Gráfico 3. Escolaridade dos educadores.



Fonte: pesquisa de campo realizada pelo autor do trabalho.

Os ADEC são educadores/as que, em sua maioria, moram em uma das comunidades-polo nas quais trabalham e, entre outras coisas, acompanham e coordenam/assessoram o espaço educativo denominado Reunião Comunitária. Eles não respondem apenas por este espaço, mas também realizam visitas domiciliares bimestrais às cerca de 100 famílias com as quais trabalham; fazem a ponte entre os inscritos e os patrocinadores através de correspondências e instrumentos sistemáticos de monitoramento; articulam os/as comunitários/as para outros eventos institucionais nos quais também se faz presente e acompanham os encaminhamentos tirados das Reuniões Comunitárias.

Já as coordenações, trabalham na liderança de projetos estratégicos, realizando reuniões, encontros, oficinas, palestras, bem como acompanhando/sistematizando/prestando contas de atividades executadas por ADEC e/ou voluntários da entidade.

Entre os funcionários, 70% estão na instituição há mais de cinco anos e destes, apenas 15% mudou de cargo/função ao longo desse tempo. Com eles, utilizamos tanto os questionários e entrevistas, como também observamos com detalhes as suas atividades.

Entre os Agentes de Desenvolvimento Comunitário, os quais, como já vimos, têm como uma das principais atribuições o acompanhamento pedagógico às Reuniões Comunitárias³⁸, 75%

³⁷ Trata-se de um espaço voltado para o desenvolvimento do hábito da leitura em crianças e adolescentes através de metodologias de cunho lúdico-educativas.

declararam que continuariam participando delas mesmo sem serem “obrigados” em virtude da importância que veem nas mesmas para a organização da comunidade. Já as coordenações, mesmo entre aquelas que moram atualmente na comunidade onde as Reuniões Comunitárias acontecem, 66% disseram participar deste espaço vez ou outra e, quase sempre, para contribuir com alguma discussão relacionada ao projeto estratégico pelo qual responde, o que evidencia sua presença por uma demanda institucional e/ou solicitação comunitária, não por uma opção pessoal enquanto comunitário.

Questionados sobre aquilo que consideram mais importante no trabalho da entidade, 45% dos funcionários apontam a linha educativa que comporta reuniões, cursos, oficinas, entre outras, como a mais relevante. Os demais apresentaram preferência por várias opções, o que não nos possibilita classificar a escolha em termos de “ação mais importante”, como pretendíamos.

Já no tocante a compreensão teórica acerca de categorias do seu campo de trabalho como associativismo, movimentos sociais, educação popular, trabalho de base, organização comunitária, militância e cultura política, deixam muito a desejar, sobretudo, os ADEC. As concepções acerca destes termos são, em sua maioria, vagas e/ou imprecisas, isto é, não deixam de comportar elementos alusivos às questões em análise, mas também não expressam com clareza o que elas representam. É este, pois, o caso do educador A que definiu Educação Popular nestes termos: “é o momento em que temos o objetivo de proporcionar conhecimento para que haja o entendimento da população sobre algo” e dos educadores B e C que solicitados/as para definirem militância e organização comunitária, assim se expressaram: “Não compreendo. Vejo como algo desconhecido” (ambos acerca do primeiro termo) e “Quando a partir da educação e dos conhecimentos adquiridos há manifestação para se organizar para tal” (definição do segundo termo pelo educador C).

Fatores que limitam a prática político-pedagógica

Pensar em fatores limitantes da prática político-pedagógica das organizações e movimentos sociais populares inseridos no contexto do associativismo contemporâneo exige, antes de mais nada, a consideração de que se trata de um cenário no qual muitos desses organismos têm sua própria

³⁸ Trata-se do principal espaço formativo da instituição pesquisada. Elas acontecem sempre às tardes, no mesmo dia da semana ou data do mês, ocasião em que são discutidos os problemas e as potencialidades comunitárias, bem como realizados estudos, festejos, construídos planos comunitários de trabalho, monitorados projetos como o Banco Comunitário de Sementes (BCS) e o Fundo Rotativo Solidário (FRS), eleitos os representantes para o Conselho Gestor da entidade, etc. A este espaço a organização busca dar, através do ADEC, o suporte político-pedagógico necessário, atuando as coordenações nele apenas eventualmente, segundo demanda comunitária ou institucional específica.

sobrevivência sustentada pelo Estado ou pelos *mecanismos de camuflagem do capital*, a exemplo das fundações de empresas e bancos cujo interesse é, no máximo, o aperfeiçoamento do sistema de exploração do homem pelo próprio homem para que tudo permaneça como está³⁹.

Levados pela onda da cooperação entre organismos da sociedade civil e o Estado, inúmeras organizações e movimentos sociais populares abandonaram a estratégia de combate a este *mecanismo burguês* (MARX; ENGELS, 2008; MARX, 2003; 2010) como um dos principais inimigos e passam a com ele se relacionar como se fossem velhos aliados.

Uma dessas formas de “colaboração mútua” é a execução, por organizações e movimentos, de políticas cuja responsabilidade operacional deveria caber ao Estado. No entanto, os organismos que, na maioria das vezes, brigaram por tais políticas e/ou são responsáveis pela sua idealização, como forma de sobrevivência e garantia de “correta” aplicação dos recursos públicos – diante do discurso neoliberal da inoperância do Estado -, também pleiteiam entre si sua operacionalização.

Mas, afinal, o que isso tem de errado? Se essa estratégia ao mesmo tempo em que garante a estes organismos condições para continuar existindo ainda lhes permite aplicar “corretamente” recursos que deixados sob a administração do Estado seria um desastre, por que não é louvável?

Cabe destacar que tal interrogação nem é totalmente verdadeira nem tampouco inocente. Ou seja, ao mesmo tempo em que é inegável a contribuição que este processo tem para a existência desses organismos, também o é a sua capacidade de destruição da autonomia e do caráter revolucionário destas organizações e movimentos, na medida em que *troca de papeis*⁴⁰ com elas/eles e os faz reféns de tais recursos para minimamente atuar.

³⁹ Analisando a trajetória do que denomina *novo associativismo* – que aqui estamos chamando de associativismo contemporâneo -, Gohn (2008, p. 65-90) observará uma mudança no caráter político-pedagógico das organizações e movimentos sociais populares, inclusive nas ONGs, sobretudo na passagem dos anos 1970/1980 para os anos 1990, ocasião em que, segundo ela, “[...] o cenário das ONGs *cidadãs* latino-americanas se altera completamente” (p. 76, itálicos da autora) em virtude do deslocamento da atenção das então agências patrocinadoras do “trabalho de base” para o processo de redemocratização do Leste europeu. A autora destaca que a partir de então “[...] os movimentos e as ONGs latinas passaram a viver a mais grave crise econômica-financeira desde que foram criadas” (p. 77), o que, por sua vez, acarretou uma mudança profunda na forma de atuação, sendo o aspecto mais prejudicado, as atividades de militância política, as quais, como enfatiza, “passaram para segundo plano”.

A autora também registra o surgimento, neste cenário, daquilo que estamos denominando *mecanismos de camuflagem do capital*, mas que costuma ser chamado de “terceiro setor”, constituído, como salienta a mesma, por entidades “articuladas às políticas sociais neoliberais, dentro do espírito da filantropia empresarial” (p. 78). Ela ainda chama a atenção para o crescimento significativo das pretensas parcerias entre o Banco Mundial e organizações não governamentais (ONGs) na década de 1990, contexto no qual, segundo a autora, diferentemente dos anos anteriores, “metade dos projetos de financiamentos aprovados pelo banco envolviam ONGs, de diferentes tipos e objetivos” (p. 80).

⁴⁰ Na medida em que se tornam executoras de políticas e programas governamentais, as organizações e movimentos trocam de papel com o Estado, o qual, agora assume o que seria função delas: a fiscalização e o controle rigoroso da aplicação dos recursos públicos. Agindo assim, deixam estes mecanismos de perceber que se ele [o Estado] não é capaz de dar conta de suas atribuições, deve ser destruído e não desresponsabilizado.

Assim, se por um lado a operacionalização de programas e projetos de caráter público significa a garantia de recursos para o pagamento de pessoal e demais despesas administrativas sem as quais as organizações, em especial, as ONG, teriam maiores dificuldades para existir, por outro, essa prática as torna dependentes de tais verbas⁴¹ e com atuação, muitas vezes, desfocada do seu real papel: ser instrumento popular de enfrentamento e superação das estruturas opressoras. Noutras palavras: o financiamento estatal constitui-se num empecilho estrutural que inviabiliza estes organismos de pautarem sua atuação nos marcos dos interesses da classe trabalhadora que é a perspectiva da revolução.

Já no que diz respeito aos *mecanismos de camuflagem do capital*, além de seu financiamento ser subordinado aos interesses da burguesia – o que desqualifica em grande parte a perspectiva do trabalho a ser empreendido numa perspectiva emancipadora -, este se dá, como mostra o caso em estudo, de modo limitado e em doses controladas. Isto é, trata-se de recursos que, na maioria das vezes, não garantem uma atuação contínua e profunda, na medida em que têm prazos pequenos para se realizarem e ações cuja operacionalização tem que se dar no âmbito do *tarefismo*.

No caso da instituição pesquisada⁴², esse limite (financiamento das ações) se manifesta na incompatibilidade entre o orçamento disponível, sobretudo, o percentual destinado ao pagamento de pessoal, e as demandas postas, o que tem como consequência a sobrecarga de trabalho, a desvalorização salarial e o trefismo.

Essa situação, por sua vez, coloca a instituição em uma contradição profunda, pois ao mesmo tempo em que luta contra a exploração capitalista, se vê obrigada a tentar realizar um trabalho de base com educadores ganhando um salário mínimo para trabalharem oito horas por dia, acompanhar sistematicamente cerca de 100 famílias distribuídas geograficamente num raio de atuação de 5 a 8 quilômetros, entre outras atribuições institucionais. Isso, por sua vez, inviabiliza o planejamento, a execução, o acompanhamento e a sistematização adequada do trabalho realizado, o que compromete a qualidade dos processos educativos realizados.

⁴¹ A dependência do financiamento estatal não apenas desmobiliza as organizações no tocante às ações de enfrentamento direto, como também reforça a imagem do Estado provedor, sob a ilusão de que se resolverá os graves problemas que afligem a população mediante a colaboração no aspecto político-administrativo entre organismos da sociedade civil e Estado.

⁴² Embora a organização pesquisada tenha um de seus programas financiados pelo Estado brasileiro, sua atuação político-pedagógica se dá, fundamentalmente, a partir do Programa de Desenvolvimento de Área (PDA), executado em parceria com a Visão Mundial. Este, apesar de constituir-se exceção no que diz respeito à periodicidade – trata-se de um financiamento de longo prazo, pensado inicialmente para 10 anos -, não foge à regra no que tange a incoerência orçamento-demanda, o que dificulta consideravelmente a superação do trefismo e a adoção da práxis como princípio norteador da atuação político-pedagógica.

Outro limite que a este se associa, mas que não está totalmente a ele subordinado, é a condição pela qual as pessoas estão no campo do associativismo, isto é, o motivo pelo qual elas atuam neste setor. Já foi o tempo em que estar neste campo significava a comunhão com determinadas ideias de como a sociedade deveria estar organizada e a disposição em lutar por essa bandeira. Com a profissionalização e/ou *voluntarização* deste campo, houve gradativamente, a substituição dos antigos militantes pelos atuais técnicos, educadores sociais ou simplesmente voluntários.

Neste aspecto Gohn (2008) observa que “outro resultado das mudanças da conjuntura sobre as ONGs foi a necessidade de *qualificação* de seus quadros” (p. 78, grifo nosso). Continuando, a autora destaca que “a palavra de ordem passou a ser eficiência e produtividade na gestão de projetos sociais, para gerir recursos que garantam a sobrevivência das próprias entidades”. E, neste contexto, “ter pessoal qualificado com competência para elaborar projetos com gabarito passou a ser a diretriz central, e não mais a militância ou o engajamento anterior à causa em ação”.

Assim, se por um lado isso significou a possibilidade de maior dedicação à luta social já que se poderia conciliar sobrevivência com militância, por outro, provocou o que comumente, com raras exceções, se vê: a ocupação do espaço como um emprego e de modo politicamente pouco qualificado.

Ou seja, para fazer frente aos desafios contemporâneos no tocante a construção de uma sociedade qualitativamente superior a capitalista, é preciso dispor de pessoas que não apenas compreendam e estejam politicamente comprometidas com tal ideal, como também disponham de requisitos básicos para fazer de sua atuação, que tem uma dimensão inegavelmente político-pedagógica, uma “atividade educativa emancipadora” (TONET, 2007). Esses requisitos, como observa Tonet, poderiam ser resumidos nas seguintes condições:

[...] o conhecimento amplo e aprofundado do objetivo último; o conhecimento, também mais amplo possível, a respeito do processo social em curso; também o conhecimento acerca da natureza e da função social da atividade educativa; a apropriação dos conhecimentos e habilidades nos campos mais variados da atividade humana e, por fim, a articulação da atividade específica da educação com as lutas sociais mais abrangentes (TONET, 2005, p.155).

São, pois, estas, no dizer do autor, as condições subjetivas indispensáveis a todo e qualquer educador, militante, que deseja contribuir para a formação de pessoas conscientes, críticas, autônomas, participativas e comprometidas teórica e praticamente com a construção de uma nova sociedade.

No caso da instituição pesquisada - o que acreditamos não ser privilégio seu -, estas condições, apesar do maciço investimento na formação continuada do pessoal, ainda estão distantes de se realizarem. O estudo realizado revela que no tocante a compreensão teórica acerca de categorias do seu campo de trabalho como associativismo, movimentos sociais, educação popular, trabalho de base, organização comunitária, militância e cultura política, os profissionais⁴³ da organização deixam muito a desejar. As concepções acerca destes termos são, em sua maioria, vagas e/ou imprecisas, isto é, não deixam de comportar elementos alusivos às questões em análise, mas também não expressam com clareza o que elas representam.

Já no que tange aos outros requisitos propostos pelo autor, também é possível visualizar inúmeras debilidades, isto é, falta à grande parte dos educadores que lá atuam clareza acerca do horizonte maior de sua prática, compreensão sólida e profunda de como a sociedade está organizada e funciona, bem como habilidade para articular sua atuação com as lutas sociais que efetivamente correspondem à construção de uma sociedade qualitativamente superior a capitalista – o que coloca a organização, no mínimo, em uma guerra de modo bastante desarmada.

Estes últimos requisitos analisados, por sua vez, parecem não estarem postos nem no âmbito individual, nem na dimensão coletiva da luta social. Melhor dizendo: no associativismo contemporâneo, a nosso ver, parece não estar claro o suficiente para as organizações e movimentos sociais populares o horizonte maior que perseguem, isto é, o projeto societário pelo qual lutam, uma vez que a *particularização das causas*, as parcerias celebradas e as batalhas com as quais muitas vezes se vinculam nada contribuem para o alcance de algo que não seja apenas alguns retoques político-administrativos no sistema cuja regência é dada pelo capital.

Ou seja, como observa Gohn (2008), ao tratar da mudança no campo da atuação político-pedagógica das organizações e movimentos inseridos no contexto do associativismo da década de 1990: “[...] a identidade deles não se constrói pela identificação com um causa geral, mas com uma causa específica, do grupo. Por ser mais fechados, centrados em si próprios, as grandes mobilizações tornaram-se escassas” (GOHN, 2008, p. 86).

Deste modo, cabe destacar que para o trabalho de base contribuir mais para a participação popular em seu próprio destino, ajudando pessoas e comunidades a caminharem com as próprias pernas, é preciso superar esses condicionantes estruturais que impedem sua realização plena. Esta tarefa, por sua vez, é extremamente complexa, mas, fundamentalmente urgente e necessária. Sua

⁴³ Com isso não estamos querendo, de modo algum, denegrir nem menosprezar a capacidade dos profissionais da instituição campo de pesquisa – inclusive, tomamos o cuidado de preservar a identidade da organização e dos sujeitos estudados -, mas apenas registrar os limites de sua atuação no sentido de uma prática didática e político-pedagógica de cunho emancipatório.

dificuldade consiste no fato de que, para realizá-la, não basta apenas querer, visto que exige condições materiais para sua efetivação. Já sua urgência e necessidade se justificam no risco que corre tal trabalho de, não podendo acompanhar as demandas político-pedagógicas contemporâneas, retroceda ou se avance insuficientemente em direção ao horizonte desejado.

3. Possibilidades da prática político-pedagógica

É possível pensar em possibilidades diante dos limites de tamanha magnitude expostos acima? Não seriam eles, por si mesmos, expressão concreta de certa impossibilidade da prática político-pedagógica desenvolvida no interior do associativismo contemporâneo assumir um caráter efetivamente popular e revolucionário, na medida em que está perpassada pelos interesses do capital?

Os questionamentos são válidos e pertinentes, só sendo possível enfrentá-los a partir de um referencial também concreto e à altura dos desafios postos por eles. A nosso ver, esse referencial é o materialismo histórico-dialético, o qual nos permite reconhecer, ao menos, duas premissas importantes para tratar o assunto em pauta: 1) existem, sim, elementos que impedem, dificultam e atrapalham a prática político-pedagógica no seio do associativismo contemporâneo, mas estes não determinam que a situação tenha que ser do jeito que está por que ela é histórica e fruto de uma luta de classes cujo reconhecimento exige, necessariamente, a compreensão do seu aspecto dialético, ou seja, da sua capacidade de avançar e/ou recuar de acordo com a correlação de forças em operação lideradas ora pela burguesia, ora pela classe trabalhadora; 2) apesar dos limites serem mais visíveis, como observa Tonet (2007), “[...] as alternativas existem já que o capital não pode exercer um domínio absoluto, sob pena de se autodestruir” (p. 82).

Estes pressupostos, por sua vez, nos permitem analisar os fundamentos teóricos e práticos acerca das possibilidades da atuação político-pedagógica do associativismo contemporâneo se manifestar como um processo educativo comprometido com a construção de uma cultura política de caráter revolucionário⁴⁴.

Inicialmente, considerando que se trata de uma prática educativa que se dá no interior de uma luta de classes, elementos que figuram como limites podem, em certo momento, manifestar-se como possibilidade, a depender, é claro, das condições objetivas e subjetivas que se disponha para fazer uso deles na direção desejada. Esta contradição, por sua vez, longe de ser um fator negativo,

⁴⁴ Trata-se aqui do reconhecimento de que a política, mesmo sendo essencialmente “exercício do poder do homem sobre e contra o próprio homem” (LESSA, 2002; 2005) e, portanto, inviável numa sociedade sem classes, é imprescindível no processo de luta e transição para uma sociedade superior à capitalista – daí o caráter revolucionário.

constitui-se como uma real possibilidade, na medida em que, a não polarização da disputa em favor de uma classe representa uma chance para a reversão da luta na direção dos interesses da outra.

Nesta situação contraditória encontram-se limites como o financiamento de programas e projetos, o vínculo dos educadores/as e a diversidade das causas pelas quais se luta.

No caso do primeiro item [financiamento], apesar da escassez e/ou do controle ideológico que o acompanha por ser oriundo, na maioria das vezes, do Estado ou dos “mecanismos de camuflagem do capital”, é possível utilizá-lo, mesmo que de modo restrito, para o custeio de atividades educativas cujo foco seja a emancipação humana, entendida aqui como a “forma de sociabilidade” na qual os seres humanos exerceriam coletivamente - e de modo consciente -, a partir das condições objetivas e subjetivas favoráveis, a direção da própria história, constituindo-se em protagonistas e “senhores do seu destino” (TONET, 2007, p. 64). Isto é, diz respeito a um processo contínuo no qual seria possível ao ser social vivenciar, a partir da “[...] restituição do mundo e das relações humanas aos próprios seres humanos” (IASI, 2011, p. 56), o “reino da liberdade” sem que esse valor se confronte, como é o caso da emancipação política, com o da igualdade que se dá apenas de modo abstrato e formal.

No entanto, para que tal feito seja realizado, é preciso, entre outros elementos, que as organizações e movimentos tomem consciência de que se trata de uma luta de classes e que tal financiamento não tem a intenção de transformar radicalmente a realidade na qual se está intervindo, mas, pelo contrário, faz-se uma tática da classe dominante para mitigar os efeitos destrutivos do capital e manter *apaziguada* a classe trabalhadora.

Mas como fazer isso diante do controle exercido pelos financiadores, inclusive, no ato de análise e aprovação dos programas e projetos que serão custeados? Como burlar os interesses da burguesia e utilizar-se de seu financiamento para a realização de atividades educativas que tenham como horizonte a emancipação? Isso não seria um otimismo por demais idealista e, portanto, ilusório?

Se considerarmos como verdadeiro o pressuposto de que, por maior que seja a dominação do capital, em se tratando de uma luta de classes ele jamais poderá exercer um controle absoluto sobre a vida social, então a resposta ao último questionamento é negativa e, a efetivação do feito defendido, uma possibilidade real. Isso, por sua vez, não quer dizer que se trate de algo cuja realização seja fácil ou inevitável. Quer, apenas, sinalizar que existem condições reais para acontecer, mas que a concretização dependerá de inúmeros fatores, entre os quais, cabe destacar, como já o fizemos acima, o reconhecimento por parte das organizações e movimentos de que se trata de uma luta de classes e um melhor preparo técnico e político para lidar essa situação.

Já sobre os dois primeiros questionamentos – de caráter metodológico -, cabe afirmar que, embora não existam receitas, algumas considerações precisam ser feitas para dar condições de que tal pressuposto se realize, a saber: 1) ter clareza do fim ao qual se propõe e domínio das mediações necessárias para fazê-lo; 2) dissolver as atividades educativas emancipadoras no interior daquilo que é interesse da classe burguesa que são as atividades reformistas e apaziguadoras⁴⁵.

Isto é, conscientes de que um programa e/ou projeto de caráter emancipatório não será financiado, as organizações e movimentos que por este horizonte têm interesse devem camuflá-lo na linguagem técnica dos documentos – para garantir os recursos minimamente necessários - e manifestá-lo no trato teórico-metodológico do processo educativo que empreendem.

No que diz respeito às possibilidades do segundo limite [vínculo dos educadores], assim como o anterior, pode ser usado em uma perspectiva maior do que a comumente empregada: operacionalização de atividades com foco num fim imediato, sem maiores considerações do alinhamento ideológico dos agentes. Ora, o mesmo recurso que financia aqueles cuja atuação se dá no âmbito do trefismo pode custear a ação daqueles comprometidos técnica e politicamente com a construção de uma sociedade qualitativamente superior a capitalista.

Mas não estaria a deficiência político-pedagógica destes sujeitos relacionada com a remuneração que recebem? Se fossem melhor recompensados financeiramente não mostrariam serviços qualitativamente melhores?

Estes questionamentos situam-se num campo sobre o qual precisaríamos desenvolver um estudo mais detalhado. Contudo, como demonstra o caso estudado⁴⁶, o limite do qual estamos tratando não tem relação tão profunda com a remuneração recebida, mas sim, com o motivo pelo qual a pessoa está no campo do associativismo, a clareza do projeto societário em disputa e as exigências políticas que a organização e/ou movimento fazem de seus funcionários.

Mas, então, sendo esta a situação, como poderia ela constituir-se em uma possibilidade? Para responder a este questionamento, faz-se necessário recorrer a um pressuposto de ordem fundamental que é a clareza que a organização e/ou movimento tem acerca do projeto societário em torno do qual

⁴⁵ Este item deve ser compreendido e realizado como uma tática articulada a estratégias de enfrentamento e superação da ordem vigente, não como solução isolada e autossuficiente.

⁴⁶ Este aponta para a tese de que quando se está no campo do associativismo apenas pelo vínculo empregatício não faz muita diferença entre a remuneração recebida e a qualidade política do serviço prestado – até porque a baixa remuneração constitui-se num ponto de partida pedagógico para a demonstração do caráter explorador e, portanto, desumano, desse projeto societal.

luta - sem esta consciência não estão postas as condições subjetivas para o enfrentamento de nenhum dos limites⁴⁷.

Já no que se refere às possibilidades do terceiro limite [diversidade das causas], trata-se de um caso, no mínimo, confuso, pois a multiplicidade das bandeiras não deveria representar um limite à construção de uma nova sociedade, a não ser, como é o caso em análise, quando estas tratam apenas dos aspectos de natureza secundária dessa sociedade, dando a elas uma autonomia que ontologicamente não possuem. Noutras palavras, queremos dizer que, como destacam Montaño e Duriguetto (2011), a luta em torno dos direitos civis, políticos e sociais, da ecologia, da etnia, da opção sexual, etc. só ganham sentido estratégico na direção de uma nova sociedade se estiverem articuladas entre si e para com a luta social mais ampla, a qual almeja o fim da propriedade privada dos meios de produção material da vida social.

Sem esta articulação, pode-se até conseguir alguns avanços, mas estes, como tem demonstrado a experiência concreta, não passam de formalismo⁴⁸ ou de pequenas tentativas de aperfeiçoamento da ordem vigente, o que não representa mais do que pequenas reformas e a naturalização da desigualdade social.

Além das possibilidades elencadas, cabe ressaltar outras que, a nosso ver, representam oportunidades quando se trata de um trabalho político-pedagógico cujo horizonte seja a superação do interesse liberal de formação de pessoas, no máximo, para o exercício da cidadania nos marcos da ordem vigente.

Um deles é o próprio contexto⁴⁹ no qual a atuação dessas organizações e movimentos se dá. Ou seja, se por um lado situações como analfabetismo, pobreza extrema, imediatismo, descrença nas mudanças constituem um empecilho à realização de atividades de cunho formativas, por outro,

⁴⁷ A consciência acerca dessa questão (projeto societário) associada ao desvelamento da ordem vigente dá condições subjetivas para o delineamento de táticas e estratégias de enfrentamento da lógica do capital. Uma dessas táticas é a superação da condição de educador/a funcionário, técnico, empregado, pela de educador/a militante. Esse é um movimento de ordem subjetiva – e não subjetivista, que fique claro! – que transforma o vínculo empregatício em uma possibilidade real, concreta, uma vez que se estará garantindo, de forma tática, minimamente a sobrevivência a partir da execução de tarefas cujo horizonte é a destruição dessas relações opressoras no interior das quais se está inserido.

⁴⁸ Basta recorrer aos direitos civis, políticos e sociais garantidos legalmente na Constituição brasileira de 1988 para ilustrar o argumento de que não basta conquistar, no âmbito formal, os pressupostos de uma nova sociedade, é preciso mexer na estrutura material que fundamenta toda a vida social.

⁴⁹ No caso do território onde a instituição pesquisada desenvolve suas atividades, registra-se um percentual de 15% de analfabetismo – não considerando-se o analfabetismo funcional, o qual tende a ser elevado, uma vez que os demais, em sua maioria, cursaram apenas os anos iniciais do Ensino Fundamental -, 70% das famílias dependem das transferências do Programa Bolsa Família como principal fonte de renda e apenas 6% dos comunitários participantes dos processos formativos apresentam algum sonho de caráter coletivo.

apresenta-se como uma base material propícia à realização de um trabalho educativo em que a práxis é o elemento norteador⁵⁰.

Isso, apesar das dificuldades, tem sido tentado na organização cujos dados para esse estudo foram coletados. O trabalho realizado por ela, mesmo que para muitos ainda de forma inconsciente, tem tomado os sujeitos como “[...] seres que estão sendo, [...] inacabados, inconclusos [...]” (FREIRE, 1987, p. 72-73) e levado em consideração que “para enfrentar a pobreza, é imprescindível contar com o pobre capaz de projeto próprio organizado [...]” (DEMO, 2003, p.15).

Outra possibilidade que se destaca no interior da prática político-pedagógica das organizações e movimentos sociais populares é a sua capacidade de autocrítica, autoavaliação, mística e criatividade. Estes elementos de ordem subjetiva são fundamentais num processo de construção coletiva, na medida em que revisam, reorientam e retroalimentam a atuação desses organismos, fazendo com que eles, olhando para si mesmos, tomem consciência dos erros e acertos de sua atuação e, portanto, tenham certo controle sobre suas práticas.

Já no que tange aos aspectos específicos do caso estudado, cabe destacar que a dinâmica comunitária de reunir-se mensalmente para estudar, discutir e encaminhar a resolução de problemas coletivos, operacionalizar projetos e celebrar a vida é uma *força em potencial* no campo da atuação político-pedagógica. Se considerado o fato de que os participantes de tal espaço educativo não dispõem, para vir até o local das reuniões, de transporte, alimentação, infraestrutura confortável ou certificação dos conhecimentos aí apropriados, envolver mensalmente mais de 350 pessoas⁵¹ é um feito de consequências positivas inimagináveis no processo de auto-organização popular⁵².

Outro item que se destaca como possibilidade são as relações interpessoais dentro do campo de trabalho. Em entrevista realizada com a equipe este aspecto aparece entre o que a instituição tem de melhor, perdendo apenas para as oportunidades de capacitação proporcionadas pela mesma.

Isto se dá pelo fato de que, na organização, apesar de se ter uma hierarquia salarial entre os cargos, esta não chega a constituir relações de trabalho verticalizadas – nem mesmo entre a

⁵⁰ O histórico da organização mostra que este tipo de contexto obrigou-a a assumir, até o momento, duas tendências político-pedagógicas, sendo uma de cunho emergencial e assistencialista e outra de natureza organizativa. Ou seja, parece ter ela, mesmo que de modo inconsciente, compreendido num primeiro momento que “não cabe, para pobre morrendo de fome, oferecer-lhe discurso bem articulado sobre emancipação. Precisa comer. E isto é direito fundamental, radical. Assistência é prática necessária de política social. Condena-se tão-somente (sic) seu abuso” (DEMO, 2003, p. 43).

⁵¹ Além do exposto, cabe ressaltar que 50% dos participantes das Reuniões Comunitárias afirmam estar aí por perceberem este espaço enquanto oportunidade para organizar a comunidade, 57% destacam o conteúdo trabalhado nelas como o que mais gostam e 65% declaram estar satisfeitos com a maneira pela qual elas vêm acontecendo.

⁵² Trata-se, segundo Coutinho (1984, p. 26-27) do processo de constituição de “sujeitos políticos coletivos” que se dá através do agrupamento das pessoas e da unificação de seus interesses. Este, por sua vez, ocorre a partir dos mecanismos de representação direta das massas populares como associações, sindicatos, partidos, etc. e representa uma “[...] crescente socialização da política, ou seja, a ampliação do número de pessoas e de grupos empenhados na defesa de seus interesses específicos”.

coordenação geral e os demais cargos -, muito menos define as relações humanas⁵³. Ou seja, os processos de trabalho, com exceção da contratação/avaliação de pessoal e expansão da área de atuação, costumam ser discutidos, negociados, planejados e decididos coletivamente, nos quais quase não é possível perceber as pessoas pelos cargos e/ou funções que ocupam na organização.

4. Considerações Finais

Ao longo desse trabalho, buscamos demonstrar os limites e as possibilidades da prática político-pedagógica desenvolvida no seio do associativismo contemporâneo, tomando como caso representativo uma associação civil com atuação há quase uma década em municípios do semiárido alagoano.

No decorrer do estudo, acreditamos ter sido demonstrado que o *associativismo contemporâneo*, com a reconhecidíssima despolitização que o caracteriza, articula-se, no máximo, com uma cultura política de caráter democrático-cidadã⁵⁴, isto é, comprometida com o aperfeiçoamento da ordem vigente e não com a superação radical da exploração do homem pelo homem.

Quanto ao caráter político-pedagógico, apesar deste se dá mediante um contato bastante próximo com as classes oprimidas, falta-lhes, em muitos casos, aquilo que, a nosso ver, constitui a essência de uma práxis educativa emancipadora: o compromisso com a transformação profunda da sociedade. Isto é, ao passo que parece inegável a contribuição das organizações e movimentos sociais populares para o enriquecimento metodológico da Educação Popular, também torna-se evidente a limitação de muitos deles/as àquilo que Brito (2003) chama de “forma ingênua e pouco crítica” de fazer educação, ao se referir à utilização de técnicas e dinâmicas nos seus processos pedagógicos. Nas palavras do próprio autor:

Dinâmicas de entrosamento, de relaxamento, de trabalho em grupos, de leituras, se tornaram cada vez mais frequentes nas iniciativas de quem trabalha com grupos, com formação, com capacitação, com diversas ações vinculadas a processos educativos. Apesar de importantes e até mesmo fundamentais, muitas vezes as dinâmicas são utilizadas de forma ingênua e pouco crítica, procura-se nos manuais

⁵³ Esta não sofre influência de nenhuma formalidade dentro da organização, possibilitando a vivência de brincadeiras e um clima de alegria, inclusive, nas reuniões de equipe.

⁵⁴ Com isso, não queremos desmerecer as conquistas e o papel da democracia e da cidadania no processo de transição para uma sociedade qualitativamente superior à capitalista, mas evidenciar que, na medida em que estes valores não assumem o enfrentamento radical desta forma de sociabilidade, não dão conta de superar a propriedade privada dos meios de produção e, portanto, de enfrentar a raiz da desigualdade social e seus desdobramentos.

algum tipo de dinâmicas e aplica-se em atividades formativas (BRITO, 2003, p. 23).

Estas duas debilidades (aquilo que é posto como horizonte e as mediações com as quais se luta) que caracterizam as práticas político-pedagógicas do associativismo contemporâneo têm como fatores estruturantes o processo de financiamento das ações e o assalariamento da militância, limites que se manifestam na particularização das causas pelas quais se luta e na articulação das organizações e movimentos em torno de um horizonte societal incapaz de responder às exigências efetivamente humanas.

Por outro lado, na medida em que este processo não se dá de modo linear, mas de forma dialética, isto é, a partir de avanços e recuos que ora representam ganhos da burguesia, ora conquistas da classe trabalhadora, os mesmos limites podem constituir-se em possibilidade real para que a prática político-pedagógica desenvolvida no seio do associativismo contemporâneo assuma um caráter popular e contribua para a construção de uma cultura política de caráter revolucionário.

5. Referências Bibliográficas

ANDRADE, F. L. de. Pesquisa participante como um processo pedagógico na educação popular. In: *Escola de formação Quilombo dos Palmares: Movimentos sociais e educação popular no nordeste*. Recife: EQUIP, 2004, p. 9-25 (Série Educação Popular; 2).

BRITO, P. A. B. de. A formação de educadores e educadoras populares. In: *Escola de formação Quilombo dos Palmares: Movimentos sociais e educação popular no nordeste*. Recife: EQUIP, 2003 (Série Educação Popular; v.1).

CARLOS, E.; SILVA, M. Z. e. Associativismo, participação e políticas públicas. *Política & Sociedade*. Revista de Sociologia Política, Florianópolis, 2006, v.5, nº 9, p. 163-194. Disponível em <http://www.estudospoliticos.pro.br/pdf/artigo_associativismo_participacao.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2011.

CENTRO DE APOIO COMUNITÁRIO DE TAPERA EM UNIÃO A SENADOR. *Projeto político-pedagógico*. Senador Rui Palmeira: CACTUS, 2010 (digitado).

_____. *Estatuto social*. Senador Rui Palmeira – AL: CACTUS, 2010 (digitado).

_____. *Plano de ação ano fiscal 2011*. Senador Rui Palmeira – AL: CACTUS, 2010 (digitado).

COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal e outros escritos*. 2. ed. ampliada. - Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

DEMO, P. *Pobreza da pobreza*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

DURIGUETTO, M. et. al. Sociedade civil e movimentos sociais: debate teórico e ação político-política. *Revista Katálysis*, Florianópolis, jan.- jun. 2009, vol.12, nº.1, p. 13-21. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v12n1/03.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2010.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

_____. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIANNOTTI, V. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. 3. ed. rev. e ampliada. - Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

GOHN, M. da G. *Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. 4ª. ed. – São Paulo: Cortez, 2008 (Coleção Questões de Nossa Época).

_____. *Movimentos sociais e educação*. 6. ed. revista – São Paulo: Cortez, 2005 (Coleção Questões de Nossa Época).

HOROCHOVSKI, R. R. Associativismo civil e Estado: um estudo sobre organizações não governamentais (ONGs) e sua dependência de recursos públicos. *Em Tese*. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, ago.– dez. 2003, vol. 1, nº 1, p. 109-127. Disponível em: <http://www.emtese.ufsc.br/f_Rodrigo.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2010.

IASI, M. L. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011

LESSA, S. Ética, política e serviço social. *Revista Katálysis*, Florianópolis, 2005, v.8, nº.2, pp. 256-266. Disponível em: <http://sergiolessa.com/artigos_02_07/etica_politica_ssocial_2005.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2010.

LESSA, S. Marxismo e ética. *Revista Crítica Marxista*, nº 14, São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/debate33104_merged.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2011.

LIBANEO, José C. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MARX, K. *Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”*: de um prussiano. São Paulo: Expressão Popular, 2010 (tradução: Ivo Tonet).

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2003 (Tradução de Alex Marins).

_____.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. *Estado, classe e movimento social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PAULO NETTO, J. *Introdução ao método da teoria social*. Capacitação em Serviço Social. CEAD/UNB, 2009.

PIRES, M. F. de C. O materialismo histórico-dialético e a educação. *Comunicação, Saúde, Educação*, v.1, n.1, 1997. Disponível em: <<http://www.olhoscriticos.com.br/site1/arquivos-online/texto-materialismo-historico-dialetico.pdf>>. Acesso em: 25 maio de 2011.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. rev e atualizada – São Paulo: Cortez, 2007.

SCHERER-WARREN, I.; LÜCHMANN, L. H. H. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil: introdução. *Política & Sociedade*, Florianópolis, n. 5, out. 2004. Disponível em:<<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1976/1725>>. Acesso em: 12 ago. 2011.

SILVA, C. S. M. da. Os movimentos continuam vivos. In: ESCOLA DE FORMAÇÃO QUILOMBO DOS PALMARES (EQUIP). *Movimentos sociais e educação popular no nordeste*. Recife: EQUIP, 2004, p. 41-55 (Série Educação Popular; 2).

SOARES DO BEM, A. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, set./dez. 2006, vol. 27, nº 97, p. 1137-1157. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n97/a04v2797.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2010.

TONET, I. *Educação contra o capital*. Maceió, Edufal, 2007.

_____. *Educação, cidadania e emancipação humana*. Ijuí: Unijuí, 2005.